

INTERVENÇÃO EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL ALGUMAS QUESTÕES DE VALORES(*)

PROFESSOR BÁRTOLO PAIVA CAMPOS
SERVIÇO DE CONSULTA PSICOLÓGICA E ORIENTAÇÃO VOCACIONAL
FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Abordarei neste texto alguns tópicos relativos à intervenção da orientação vocacional e salientarei as inevitáveis opções de valores inerentes às decisões que tem de tomar quem actua neste domínio. No primeiro tópico, levantarei a questão do âmbito da orientação e distingui-la-ei enquanto resultado e enquanto processo. No segundo, situarei a intervenção de orientação. Antes de me debruçar sobre os problemas das metodologias de intervenção, no último tópico, farei uma breve digressão pelos serviços de orientação.

Orientação: âmbito, resultado e processo

Âmbito

A orientação escolar e profissional pode ser entendida como tendo a ver com o papel de trabalhador e com a formação necessária para o desempenho do mesmo (papel de aluno, de formando). A dimensão profissional é então a preocupação central ou exclusiva; mesmo o interesse pela escola justificar-se-ia, sobretudo, pela função que exerce na preparação para o desempenho profissional.

Ora, em muitas circunstâncias, senão em todas, o exercício do papel profissional não pode (não deve) ser separado do exercício dos outros papéis, nomeadamente do familiar e do social, não sendo o caso das esposas e das mães trabalhadoras o único a encarar nesta perspectiva. Com efeito, a orientação da vida de cada um não se confina à sua vida de trabalhador. É, por isso, que há quem defina a carreira das pessoas como o caminho que percorrem no desempenho dos vários papéis: familiar (como filho, esposo(a) pai ou mãe), de sujeito em situação de aprendizagem, trabalhador, cidadão, membro de grupos de vária ordem, etc. Neste caso, a orientação refere-se à carreira das pessoas entendida em sentido lato.

O âmbito da orientação pode, portanto, ser definido relativamente:

- a) só ao papel profissional (e à formação que para o mesmo prepara);
- b) ao papel profissional, mas tendo em conta as implicações dos outros papéis neste e vice-versa;
- c) ao conjunto de papéis, à sua interdependência e coordenação na construção da identidade pessoal.

A chamada de atenção que gostaria de fazer é que optar por definir o âmbito da orientação de um modo ou de outro é uma questão dos valores que se defendem. No caso do Programa

Petra não será inocente limitá-la ao âmbito mais restrito ou encará-la numa perspectiva mais integral e menos economicista

A orientação como resultado

A orientação pode (deve) começar por ser considerada como um resultado. Sempre que começamos a pensar ou nos confrontamos com a orientação, esta *já é um resultado que existe* e não algo que vai começar e, se porventura decidirmos fazer qualquer coisa, é a partir de tal resultado que inevitavelmente partimos: intervir na orientação é *reorientar*.

A orientação como resultado pode ser encarada a vários níveis. Um primeiro tem a ver com a *distribuição* actual da população activa, ou daquela que para isso se prepara, pelos vários domínios e níveis profissionais (e pelo desemprego) e pelas diferentes vias de formação. Analisando a distribuição resultante, podemos, eventualmente, considerar certos resultados como não desejáveis, conforme os critérios; por exemplo, que há desempregados e há procura de mão-de-obra que não é satisfeita, seja porque as pessoas não estão preparadas, seja porque não desejam, seja porque desconhecem as oportunidades, etc., ou então, que há vias de formação pouco procuradas quando afinal a procura de diplomados nelas é grande.

Se a nossa preocupação não for só a satisfação das necessidades do desenvolvimento económico e do pleno emprego, mas abranger ainda a *igualdade de oportunidades* na pertença aos vários domínios e níveis profissionais, por parte dos membros dos diversos grupos sociais (por exemplo, os grupos socio-economicamente altos, médios e baixos, os grupos urbanos e rurais, os homens e as mulheres), então podemos constatar outro tipo de resultados da orientação: que as mulheres estão mais presentes em certos níveis e domínios profissionais e mais ausentes noutros; que os oriundos das classes baixas estão mais ausentes em certos níveis profissionais ou de formação, etc.

E se, em vez da distribuição da população global e da igualdade de oportunidades dos vários grupos sociais, for o *itinerário individual* seguido por cada pessoa que nos interessar, outros serão os resultados verificados: por exemplo, que há pessoas que não têm projecto definido, que não se preocupam ou não sabem que fazer; que há as que estão a seguir um itinerário sem jamais ter havido grande participação pessoal na definição do mesmo, com as inerentes consequências negativas desta alienação; que há as que procuram explorar várias hipóteses, mas perdem-se e desanimam; que há as que têm certas aspirações, mas não se sentem capazes de as realizar...

Mais uma vez, privilegiar um nível ou outro de resultados, é uma questão de prioridade de valores e interesses em jogo. Seria muito limitativo que o Programa Petra se ficasse pelo primeiro nível e viesse a ser apenas um meio de assegurar trabalhadores para baixos níveis profissionais pouco desejados.

Os processos que conduzem a certos resultados

O acento posto na orientação como um resultado de que se terá sempre de partir e precede qualquer estudo ou intervenção e a chamada de atenção para os vários níveis em que se pode

examinar esse resultado, ajudam-nos a ver que se trata de uma questão complexa e obriga-nos a estudar o *processo* que conduziu a tal resultado, em vez de julgarmos que tudo começa quando decidimos intervir. É o processo que leva a determinadas distribuições, que conduz à maior presença ou ausência de alguns grupos sociais em certos domínios e níveis profissionais, que faz com que os sujeitos sejam indiferentes face à sua carreira ou que pouco ou nada participem na sua definição, etc.

A análise destes processos levar-nos-á a concluir que a *posição* ocupada pelos indivíduos ou grupos sociais na estrutura escolar, profissional e social e que as suas *atitudes e comportamentos* face à respectiva carreira dependem das *experiências* proporcionadas no meio familiar, escolar, social e profissional, das *normas sociais* que regem a vida nestes contextos sociais, da *natureza e estado* daquelas estruturas em cada época e do *aproveitamento* que cada sujeito e cada grupo social conseguem fazer daquelas experiências, daquelas normas e das oportunidades fornecidas.

Diferenciar ou não os processos seguidos pelos indivíduos e pelos grupos sociais é também uma questão de valores. É desejável que o Programa Petra tenha em conta não só o processo individual mas também o processo social de orientação e a sua correlativa complexidade, o que poderá não ser fácil se se confinar a grupos demasiado homogêneos.

A orientação como intervenção

As reflexões anteriores levam-nos a ter presente que a orientação não é somente um processo individual mas também um processo social e um processo social que não tem apenas a sua dimensão intencional e explícita, como ainda a sua face oculta e implícita.

Sendo assim, a intervenção no processo de orientação em curso em cada momento terá que contemplar estas duas vertentes: a social e a individual. Ainda que os resultados socialmente produzidos nas populações e nos seus membros ou os projectos sociais para os mesmos sejam, por vezes, analisados e discutidos na sua dimensão social, raramente são considerados como devendo ser equacionados em termos de intervenção de orientação. Ora, mesmo quando a vertente individual é, porventura, a única que nos preocupa, jamais poderemos esquecer a sua inserção no processo e no projecto social (e não necessariamente para adaptar e enquadrar os sujeitos nestes, esclareça-se).

Quando o pólo da intervenção é o itinerário e o projecto pessoal dos indivíduos, há posições que, embora explicitamente já poucos defendem, ainda estão subjacentes nos actos de quem intervém ou solicita intervenção. Uma é a de que o jovem *está feito* ou vocacionado para uma determinada profissão que é preciso *descobrir* (por exemplo, passando uns testes e dizendo que via deve seguir) ou então, numa versão mais moderna, *ajudar o jovem a descobrir*; esta perspectiva *naturalista* tem muitas vezes por missão legitimar as desigualdades existentes: dependeriam da natureza e não da história ou, então, duma história em que não tem sentido intervir.

Junto daqueles que consideram que o itinerário vocacional não se descobre mas se *constrói*, há, porém, quem considere que todos os sujeitos têm as mesmas possibilidades para usufruir do espaço de liberdade de que dispõem; assim se continuam a legitimar as desigualdades resultantes, mesmo que se adopte uma perspectiva histórica e construtivista.

Há, ainda, quem considere que esse itinerário vocacional se constrói através de uma decisão tomada uma vez na vida, no momento adequado, em vez de ter presente que estamos perante um desenvolvimento progressivo de exploração e construção de relações do sujeito com o mundo escolar, profissional e social, pontuado por investimentos mais explícitos em certos momentos.

Há ainda quem considere que tais relações dos sujeitos com o mundo escolar e profissional são relações de *conhecimento* e que para uma correcta orientação basta combater a *ignorância* com a *informação*; agem como ingénuos iluministas, a menos que não se trate de maquiavélicos manipuladores. Esquecem ou fingem esquecer que tais relações não são essencialmente nem prioritariamente de *conhecimento* (como se conhece a biologia ou a física, por exemplo) mas de *investimento* (gosto, desgosto; valorização, desvalorização; preferência, indiferença ou exclusão; de possibilidade, impossibilidade; de grande, médio ou pequeno investimento; etc.). Esquecem ou fingem esquecer quando tais relações de investimento dependem das *experiências de contacto* com o mundo escolar, profissional e social proporcionadas na família, na escola, nos grupos de pares, nos tempos livres, através dos meios de comunicação social, etc. e das *interacções pessoais* que as mesmas envolvem. Esquecem quanto estas experiências de contacto com o mundo profissional, muitas vezes em situações interpessoais, produzem significados diferentes conforme os sujeitos. Numa palavra, esquecem o valor que têm no desenvolvimento da carreira do sujeito, nas suas preferências e investimentos, as *experiências* de vida, as *relações interpessoais* nelas envolvidas e as *significações* então construídas. Experiências realizadas, interacções havidas e significações produzidas num *contexto social* cuja natureza não é propriamente do mundo das informações, mas dos *constrangimentos* (ou não) *económicos*, das *normas sociais*, que não são mantidas essencialmente pela ignorância, mas pelos mecanismos de aceitação no grupo, entre outros, das *teorias implícitas* que estão inerentes às condições de vida e dificilmente se alteram permanecendo estas constantes e aos *modos* (e não aos conteúdos) de *comunicação* entre as pessoas, etc. Ou seja, a orientação, mais do que uma questão de informação e conhecimento é uma questão de poder e de investimento.

O Programa Petra, ou qualquer outro, ao optar por uma abordagem exclusivamente individualista ou também social, por uma óptica naturalista ou histórica, por um processo de decisão racional ou de exploração e construção de relações, pontuado ou não por investimentos, por uma perspectiva de conhecimento e informação ou de investimento e poder, estará ainda aqui a privilegiar valores diversos, de importância desigual obviamente.

Os Serviços

Antes de passar às metodologias de intervenção de orientação, será oportuno deixar uma palavra sobre os serviços actualmente existentes em Portugal. Essencialmente há três tipos de serviços: os que são oferecidos e prestados no âmbito das instituições ligadas (a) ao emprego, (b) à educação e (c) à juventude, ainda que neste caso ainda em pequena escala; provavelmente, no futuro, as próprias autarquias desempenharão um papel mais activo neste sector. Para ser completo, importa ainda referir os serviços oferecidos e prestados pelos gabinetes privados criados para o efeito.

Os serviços ligados ao emprego são os mais antigos, têm-se desenvolvido muito nos anos

mais recentes, dispõem de conselheiros de orientação profissional cada vez em maior número e cada vez mais com formação de base em Psicologia. Agem junto de pessoas que estão fora do sistema escolar e, em geral, desempregados. A questão é directamente a da inserção na vida activa — a primeira ou de desempregados — precedida eventualmente de uma formação profissional por vezes chamada aprendizagem; nestes últimos dois casos, há ainda o acompanhamento do processo de formação ou de aprendizagem. A questão da reconversão pôr-se-á cada vez mais.

Os serviços do âmbito da educação escolar, sobretudo em escolas secundárias, são mais recentes; inicialmente assegurados apenas por docentes qualificados para o efeito, são, desde 1983, assegurados, também por psicólogos, que além de exercerem funções no domínio da orientação escolar e profissional, em sentido estrito, se preocupam com a carreira dos jovens no sentido abrangente acima definido e, portanto, para além do desenvolvimento vocacional também o desenvolvimento interpessoal e da identidade está no centro das suas atenções. Há ainda muitas escolas que não dispõem destes serviços e as que dispõem nem sempre têm os recursos humanos adequados ao número de alunos. Se os problemas de institucionalização de serviços, definição de quadros e estabelecimento de carreiras estão resolvidos nos serviços do âmbito do emprego, no caso dos da educação a situação é o mais experimental e provisória possível, o que começa a pôr seriamente em perigo a qualidade do serviço prestado.

Não direi muito sobre os serviços de juventude e das autarquias porque se trata de realidades incipientes. Se os assinaiei foi pela importância que podem vir a ter.

Para além da situação de marcar passo em que se encontram os serviços ligados à educação, da escassez de recursos humanos e materiais, quer nestes quer nos ligados ao emprego e formação profissional, há que assinalar a inexistência de uma política concertada de significativa produção de meios necessários para as actividades de orientação.

O Programa Petra pode ser uma ocasião para desenvolver e aprofundar experiências que, a mostrarem-se úteis, poderão depois ser divulgadas. A história ensina, contudo, que, quando estas experiências são realizadas à margem das estruturas existentes, menor é a probabilidade de virem a ser adoptadas por elas, por muito válidas que sejam tais experiências. Esta é uma outra opção que se coloca ao Programa Petra.

As metodologias

Vou-me referir apenas às metodologias dos serviços ligados à educação. Os objectivos e actividades de orientação são hoje considerados parte do projecto pedagógico da escola ou centro de formação, a começar pelo seu plano curricular, inserindo-se no conjunto mais vasto da respectiva função de preparação para a vida activa. Hoje fala-se muito em educação para a carreira e em competências de empregabilidade; parte daquela e algumas destas são gerais e não específicas de uma área ou nível profissional. É na educação para a carreira e na formação de competências gerais de empregabilidade que se situa a orientação.

Uma primeira estratégia de educação geral para a carreira vocacional é a infusão ou disseminação dos seus objectivos e actividades pelas diferentes áreas ou disciplinas dos planos cur-

riculares; o que ficou consagrado na recente reforma curricular dos ensinos básico e secundário através da criação de uma área transdisciplinar para o efeito.

Esta estratégia, ainda pouco desenvolvida entre nós pode ser utilizada pelos professores apenas para motivarem os alunos para a real matéria da disciplina; como meio, pois, e não como fim. Observa-se ainda que, recorrendo apenas à disseminação, é muito difícil elaborar e, sobretudo, implementar um programa coerente com os vários elementos dessa educação geral; a compartimentação disciplinar dos planos de estudos, sobretudo após o actual ensino primário, dificulta um currículo aberto, transdisciplinar, integrado, em equipa.

Os limitados resultados desta primeira estratégia têm levado ao recurso a uma segunda estratégia: a inclusão nos planos curriculares de unidades próprias para o efeito, sejam de frequência obrigatória, sejam de frequência facultativa e a desenvolver por pessoal especificamente preparado; algumas vezes, ainda, dimensionam-se nesta perspectiva actividades extracurriculares. Esta segunda estratégia também foi, em parte, contemplada na referida reforma curricular pela inserção de objectivos de ligação da escola ao meio e de formação pessoal e social na Área Escola, área curricular não disciplinar a assegurar, num primeiro tempo, por um crédito anual de cerca de 100 horas fornecido pela carga horária do currículo disciplinar.

Quanto aos métodos utilizados, sobretudo nesta segunda estratégia, considera-se que não são apropriados os tradicionalmente empregues nas disciplinas clássicas. Estima-se necessária uma metodologia mais activa e participada: proporcionar aos jovens contactos e experiências com o mundo do trabalho através dos quais possam realizar as aprendizagens necessárias para adquirir as competências gerais de empregabilidade.

Inserem-se neste contexto as diversas formas de experiências de trabalho para conhecer a especificidade do mundo do trabalho, para alargar as hipóteses profissionais em consideração ou para testar, mesmo, uma hipótese já mais definida. Por várias razões (falta de competência, segurança, confidencialidade, competição) tais experiências, no entanto, limitam-se quase sempre a profissões de nível ocupacional baixo.

Dáí que se recorra a outras actividades que, além disso, contêm virtualidades ausentes na experiência de trabalho: observação e já não desempenho; simulação de amostras de trabalho ou através de jogos; vindas de profissionais; recursos aos media, a questionários psicológicos, etc.

Todas estas actividades não são alternativas mas complementares entre si. De qualquer modo, não podem ser meros acontecimentos que se adicionam num activismo ou tarefismo inconsequente. Têm que estar integradas num projecto de desenvolvimento vocacional: os planos de actividades são elaborados numa *relação* interpessoal, as actividades inserem-se num projecto e são precisos momentos ou oportunidades orientadas de modo especializado para *reflexão e integração pessoal* das diversas experiências.

Todos estes métodos exigem saída da escola, colaboração das empresas e dos Serviços exteriores à escola, participação de variados tipos de pessoas da comunidade, a começar pelos pais, outras formas de participação dos professores e exigem, finalmente, um profissional específico. Este profissional não é o único a realizar actividades importantes para a orientação dos jovens e além de trabalhar directamente com os jovens, trabalha com os professores, os pais, os empresários, os trabalhadores e com outros agentes da comunidade.

Há, no entanto, um terceiro tipo de estratégia de que se fala menos. Tem a ver com o impacto que a própria estrutura e organização da instituição de formação tem no desenvolvi-

mento vocacional, na preparação para a vida adulta. Quando se tem presente este aspecto valoriza-se uma intervenção no sistema ecológico constituído, nomeadamente, pelas actividades, relações, e papéis possíveis na instituição, pela organização de espaços e distribuição de tempos bem como pelas normas que a regem.

É na perspectiva do recurso a estes três tipos de estratégias que têm vindo a trabalhar, relativamente aos vários grupos de jovens que se encontram na escola a maior parte dos psicólogos, que desde 1883, se encontram em algumas escolas secundárias. A escassez de recursos humanos e materiais, o tempo que leva a direccionar escolas no sentido de um trabalho mais integrado internamente e mais diluído na comunidade envolvente, são limites que precisam de ser ultrapassados.

No que às metodologias diz respeito, optar pelo activismo e tarefismo inconsequentes ou por projectos emergentes, realizados e integrados no quadro de relações interpessoais, optar apenas por estratégias meramente curriculares ainda que com a abertura ao meio ou também por estratégias de mudança ecológica, é mais uma questão de valores que se coloca ao Programa Petra.

(*) Apresenta-se aqui o texto que serviu de base à exposição oral feita no encontro temático sobre "Organização Escolar e Profissional e Inserção dos Jovens na Vida Activa" organizado pelo Programa Petra (Programa de Acção da Comunidade Europeia para a Formação dos Jovens e sua Preparação para a Vida Activa).

(Porto, 18 de Julho de 1989)